

O ENSINO SUPERIOR EM PONTA GROSSA NO CONTEXTO DA EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO

Célia Regina de Souza e Silva¹

1. Introdução

Para trabalhar a história e a memória do processo de expansão do ensino superior, no Paraná os estudos de Adam Schaff e Ecléia Bosi constituíram referenciais principais porque para SCHAFF "as grandezas passadas que não consideramos talvez como particularmente importantes, podem, em um tempo que é para nós o futuro, produzir em circunstâncias definidas efeitos importantes. Sob esse ponto de vista, o passado não é qualquer coisa fria, petrificada, mas uma coisa viva que muda e se desenvolve sem cessar"².

Enquanto BOSI³ trabalha a importância da memória para a história afirmando que lembrar é refazer, reconstruir o processo histórico, com as imagens e idéias atuais as experiências do passado, deixando claro que para ela as lembranças não constituem sonhos e sim trabalho, sendo reconstruídas a partir dos materiais que estão, a nossa disposição, no conjunto das representações sociais que povoam atualmente a nossa consciência. Estas obras permitiram estabelecer a ponte entre memória e história pois ao se escrever e/ou reescrever a história surgem novos significados, denotando que o passado não representa algo estático, mas elemento vivo em constante mudança.

¹ Graduada em História e Mestre em Educação na Universidade Estadual de Ponta Grossa e Professora nas Faculdades Santa Amélia Campus de Ponta Grossa. Este artigo é uma adaptação da segunda parte da dissertação **Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa/Universidade Estadual de Ponta Grossa: 50 anos do Curso de História**, defendida em 2002, no Curso de Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, sob a orientação do Professor Dr. Ivo José Both.

² SCHAFF, Adam. **História e Verdade**. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991, p. 276.

³ BOSI, Ecléia. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: T. A Queiroz, 1979.

Para realizar a pesquisa procedeu-se levantamento de dados nos livros de relatórios da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa, em algumas edições de jornais e entrevistas orais com professores lotados na FAFI/UEPG, além de leituras bibliográficas voltadas a história, sociologia, economia e assuntos correlatos.

Desse modo, reescrever a história e o desenvolvimento ensino superior no Paraná não significa apenas recolher os fatos e com eles formar uma imagem desse processo, mas reconstruir, no que for possível, os acontecimentos que lhe deram origem e explicar o porque da criação de faculdades e universidades fora da abrangência de Curitiba.

2. O ensino superior no Paraná: o contexto de interiorização

A ausência de tradição universitária no Brasil estimulou a multiplicação de faculdades isoladas, a partir da Proclamação da República, sobretudo, após a década de 30, e

na década de 40, a pressão pela expansão do ensino era extremamente forte, e os modelos existentes para os campos novos de estudo em filosofia, ciências e letras eram os do próprio Colégio Pedro II e alguns bons colégios secundários e o das grandes escolas normais ou institutos de educação estaduais de preparo do professor primário. Sob estes modelos é que se expandiram as faculdades de filosofia, ciências e letras, enquanto as escolas de economia também criadas na época, tomaram o modelo das escolas de direito que, também elas entraram em expansão explosiva.⁴

Neste contexto, no Paraná ao final da década de 40, iniciou-se a interiorização do ensino superior, que até então, funcionava apenas em Curitiba, com a criação de faculdades fora da área de abrangência da Capital em localidades onde se encontrava em funcionamento o ensino de 1.º e 2.º grau. Isto levou à polarização das instituições de ensino superior no Estado pois "as cidades-sedes das IES são centros para onde convergiram preferencialmente as populações vizinhas, em busca de educação e de serviços técnicos e profissionais especializados"⁵.

⁴ TEIXEIRA, Anísio. **Ensino Superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989, p. 91.

⁵ PARANÁ. Secretaria Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico. **Formação e desenvolvimento da rede estadual de ensino superior do Estado do Paraná: contribuição das instituições de ensino superior (IES) na formação de recursos humanos regionais**. Curitiba, 1991, p. 7.

Com a interiorização, expandiram-se no Paraná faculdades de filosofia, direito e ciências econômicas, tendo em vista que, das 20 (vinte) faculdades criadas entre 1949 e 1970, 08 (oito) são de filosofia, ciências e letras; 04 (quatro) de direito; 04 (quatro) de ciências econômicas; 02 (duas) de odontologia; 01 (uma) de medicina e 01 (uma) de educação física. Segundo Teixeira, a expansão das faculdades de filosofia resultou da multiplicação de cursos por elas oferecidos, manifestando-se nessas instituições duas tendências: "divisão da multifaculdade em diversas faculdades ou institutos com o objetivo de cursos especializados de conteúdo nos campos da filosofia, das letras, das ciências humanas e sociais, das ciências matemáticas e físicas e da educação; e a da ênfase nos cursos de pós-graduados para recuperar, nesse nível, os seus antigos objetivos de escolas avançadas de especialização e pesquisa"⁶.

A multiplicação irracional das escolas de filosofia, ciências e letras ocorreu tanto pela iniciativa pública, quanto particular, justificando o veto "à exigência que constava do projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovado em dezembro de 1961, de que no conjunto universitário houvesse obrigatoriamente uma faculdade de filosofia, ciências e letras"⁷, pois nesse período já funcionavam no Brasil mais de 700 (setecentas) escolas de filosofia, exercendo a função técnica de formar professores; logo, a exigência tornava-se desnecessária. Decretava-se a falência dessas faculdades, em relação à função integradora.

Apesar do posicionamento de Teixeira, o Professor Niwton Supupira, Presidente do Conselho Federal de Educação apresentou-se na década de 70 como um dos defensores da extinção das FAFI, quando afirmava que cabia a estas dentro de suas limitações, o mérito da elaboração da cultura superior de caráter puro, que possibilitou em algumas instituições o desenvolvimento de pesquisa científica avançada.

Ao lado de Sucupira, Afrânio Coutinho, também, colocava-se favorável às faculdades de filosofia colocando que "longe de constituir um fracasso total, essas escolas representam um momento significativo na evolução do ensino superior brasileiro e da nossa cultura, por haver proporcionado formação especializada dentro de nossas possibilidades, para o exercício sistemático de atividades culturais e científicas que, anterior-

⁶ TEIXEIRA, Anísio. **Ensino Superior no Brasil**: análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989, p. 91.

⁷ CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Novos rumos da licenciatura**. Brasília: INEP, 1987, p. 15.

mente, eram fruto de manifestações esporádicas"⁸. Ao lado desses defensores Valnir Chagas, também, frisava que a estrutura das FAFI, possibilitava a articulação entre os conteúdos e disciplinas pedagógicas, necessárias a formação do professor, o que não era possível nas faculdades voltadas exclusivamente a educação.

Apesar das crises as faculdades de filosofia sobreviveram às modernizações desencadeadas pela Reforma do Ensino Superior, e, multifuncionais ou não, são as responsáveis pelos conteúdos específicos dos cursos ligados às ciências humanas, dividindo com as faculdades de educação as disciplinas pedagógicas.

Isso, por certo, justifica no Paraná a "existência majoritária de faculdades de filosofia, ciências e letras entre as instituições de ensino superior da rede estadual. Embora isto leve muitas vezes a interpretações equivocadas, a verdade é que essas faculdades expandem a vocação educacional das localidades onde estão instaladas, oferecendo os profissionais necessários ao ensino de 1º e 2º graus, além de suprir necessidades culturais e técnicas regionais"⁹.

Assim, a interiorização do ensino superior desenvolvida no Paraná, entre o final da década de 40 e início da década de 70, consolidou a estruturação de universidades em três pólos mesorregionais: centro-oriental, sudoeste e norte paranaense com a implantação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade Estadual do Oeste do Estado (UNIOESTE), Universidade Estadual de Londrina (UEL) e Universidade Estadual de Maringá (UEM) reconhecidas, respectivamente, em 1972.

3. Ponta Grossa: contexto de interiorização do ensino superior

A interiorização do ensino superior no Paraná resultou na criação de faculdades em cidades-sedes, consideradas pólo de abrangência geoe educacional. Em Ponta Grossa, os recursos gerados pela economia local e o aumento populacional refletiram na cultura e na educação, abrindo espaços para ampliação da rede escolar municipal, estadual e particular.

⁸ CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Novos rumos da licenciatura**. Brasília: INEP, 1987, p. 17.

⁹ PARANÁ. Secretaria Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico. **Formação e desenvolvimento da rede estadual de ensino superior do Estado do Paraná**: contribuição das instituições de ensino superior (IES) na formação de recursos humanos regionais. Curitiba, 1991, p. 7.

Junto a este processo instalaram-se na Cidade órgãos culturais como associações de classe, escolas de artes manuais, jornais, clubes literários entre outros, que de certo modo foram representativos para a consolidação da implantação da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa ao final da década de 40.

A implantação das faculdades paranaenses constituiu-se na prática, tanto pedagógica como política, um engajamento das classes dominantes na luta pelo ensino superior. Em Ponta Grossa os grupos que reivindicavam a implantação desta modalidade de ensino faziam parte da sociedade campeira exercendo, também, atividades urbanas.

Neste caso convém esclarecer que a ação da elite em relação ao funcionamento do ensino superior na Cidade articula-se ao próprio interesse intelectual ou profissional da classe, sendo ilusório esperar evitar um condicionamento social, "porque o sujeito que conhece é um produto social (...); submetido ao determinismo da classe"¹⁰ e a criação da FAFI, embora apresente-se como concretização de interesses elitistas, neste momento não representou um atraso a Ponta Grossa, pelo contrário, foi uma atitude aberta ao progresso social e à mudança.

O engajamento dos representantes da sociedade agrária no campo social e político teve maior repercussão no final da década de 1940. Sobre esta questão convém registrar o depoimento do professor Joselfredo Cercal de Oliveira o qual presenciou as reivindicações para a criação da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras em Ponta Grossa, pelo grupo filiado ao PSD:

O Partido Social Democrático do Município era composto principalmente de profissionais liberais, comportando em seu comitê poucos professores. Estes difundiam junto ao Governo do Estado a necessidade de se criar uma faculdade que respondesse às necessidades da população estudantil local e das proximidades de Ponta Grossa e, porque nesse período a cidade era a segunda do Estado tanto em contingente populacional quanto em representação econômica.

Assim, ao se proceder a análise dos depoimentos obtidos junto aos contemporâneos da FAFI de Ponta Grossa, verificou-se que a iniciativa de se criar a Instituição não articulava-se a razões meramente acadêmicas, pois trazia consigo, também, interesses econômicos e políticos os quais articulados, consubstanciaram o projeto desenvolvidos por "Joa-

¹⁰ SCHAFF, Adam. **História e Verdade**. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991, p. 295.

quim de Paula Xavier, Raul Pinheiro Machado e José Pinto Rosas"¹¹, intermediados na Assembléia Legislativa do Paraná pelos deputados Oscar Lopes Munhoz, Laertes Munhoz, Portugal Tavares e Felizardo Gomes.

A articulação do grupo de domínio financeiro com a política estatal consolidou-se em 12 de novembro de 1949, quando promoveu-se, no Salão Nobre do Colégio Estadual Regente Feijó, a instalação solene da escola de ensino superior no governo de Moyses Lupion e a indicação do nome do professor Joaquim de Paula Xavier ao cargo de diretor da Faculdade, deixando evidente que essa ação política encontrava-se intrinsecamente relacionada à sociedade campeira, pois os primeiros professores lotados na Instituição tinham seus nomes ligados aos antigos fazendeiros da região, denotando que a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa não representava uma aspiração da sociedade como um todo e sim de um determinado grupo que exercia o poder econômico, agregando à esta parentes ou elementos da própria aristocracia.

Esta questão, também, se evidenciou nas entrelinhas dos depoimentos dos professores Joselfredo Cercal de Oliveira, Guísela Velleda Frey Chamma, Antonio Armando Cardoso de Aguiar, ficando latente na lembrança dos entrevistados nomes como "Orlando Artur Justus, Leônidas Justus, Eurico Taques Guimarães e Joaquim de Paula Xavier", reafirmando que o elemento socializador da memória é a própria linguagem. Estas indicações, quando confrontadas à documentação da FAFI de Ponta Grossa, foram confirmadas pela Portaria n.º 213/50, que menciona a indicação dos mesmos ao cargo de professores, catedráticos Padrão R, pelo Decreto n.º 965 homologado em 1951.

Ao iniciar o ano de 1950, a Faculdade passou a aguardar autorização do Governo Federal para entrar em funcionamento. No entanto, o Estado do Paraná passava por crise econômica paralisando obras públicas, como a construção da Estrada de Ferro de Apucarana, os melhoramentos que estavam sendo realizados na rodovia que liga Ponta Grossa - Guarapuava, bem como obras menores, dentre estas a construção do Grupo Escolar Jardim Carvalho, localizado em Ponta Grossa, além de encontrar-se com a folha de pagamento dos professores da rede estadual de ensino atrasada desde outubro de 1949.

A crise econômica do Estado e a simpatia que a imprensa local dispensava à candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República e

¹¹ UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. Assessoria de Planejamento. **35 anos de ensino superior (1949-1984)**. Ponta Grossa: UEPG, 1984, p. 4.

à candidatura de Bento Munhoz da Rocha Neto ao governo do Estado do Paraná, levaram a coligação Partido Trabalhista Brasileiro/União Democrática Nacional, cujos partidos representavam os interesses da esquerda local e o elitismo da direita, a tentarem reativar a política do queremismo getulista e, como o projeto de criação da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa, emergiu de lideranças do Partido Social Democrático o Diário dos Campos, em 1.º de junho de 1950, a redigir matéria:

Houve festa grossa ontem nos arraia (sic) pessedistas. (...) Discursos e manifestações partidárias. O PSD e a "Sociedade dos Amigos" exultaram e ostentavam o fato (...) que o sr. Presidente da República assinara, ontem, o decreto reconhecendo a Escola de Filosofia de Ponta Grossa (...). Não estamos combatendo e nem nunca combateremos a Escola de Filosofia (...) o que criticamos é esse alarido com o único objetivo de fazer-se propaganda partidária, propaganda do PSD.¹²

Ao informar a sociedade local, a respeito da autorização para o funcionamento da Instituição, a reportagem procurava denegrir os acontecimentos sócio-político-culturais, que conduziam à modernização da cidade, ligando seu artigo ao demérito do Partido Social Democrático, que transformava a Faculdade em tema de discussões eleitoreiras, e instrumento político dos pessedistas, que ao longo das entrevistas deixou transparecer que agremiava maior parte da elite cultural pontagrossense.

Tal discurso perdurou até as vésperas da concessão da autorização do Presidente Eurico Gaspar Dutra para o funcionamento da Instituição e dos cursos nela lotados. A comunicação oficial do Decreto n.º 28.169, autorizando o funcionamento da FAFI de Ponta Grossa, determinou uma nova postura de José Hoffman redator do jornal Diário dos Campos, ao publicar:

Regosijamo-nos com o início das atividades do novel estabelecimento de ensino superior. Nunca fomos, desejamos frisar mais uma vez, contra a criação da Escola de Filosofia. O que combatíamos era o fato de ter a iniciativa servido para motivo de intensa propaganda político-partidária por parte do PSD.¹³

¹² A Escola de Filosofia é propaganda eleitoral. **Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 25 de janeiro de 1950. n. 15607.

¹³ O início das aulas da Escola de Filosofia . **Diário dos Campos**, Ponta Grossa 01 de junho de 1950. n. 15621.

Oficializado o funcionamento da Instituição, o médico Joaquim de Paula Xavier, conduzido ao cargo de Diretor divulgou a realização do primeiro Concurso de Habilitação da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa para os cursos de Geografia e História, Letras Neolatinas e Matemática, desenvolvido de 11 a 17 de junho de 1950, conforme Edital baixado em 07 de junho de 1950 em cujo processo os candidatos foram avaliados por meio de prova escrita e oral, aplicadas por bancas examinadoras, sendo classificados aqueles que obtinham nota 5,0 (cinco) ou superior, sistema este alterado com a implantação da Lei n.º 4.024 Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, de 20 de dezembro de 1961 em que o processo tornou-se eliminatório.

Sobre a seleção realizada pelo Concurso de Habilitação a professora Guísela Velleda Frey Chamma rememora o processo esclarecendo:

Neste sistema ocorria realmente uma seleção ou você está preparado para freqüentar um ensino que envolve alta cultura ou não está. Veja bem, à medida que realizávamos as provas escritas não eram apenas os conhecimentos de áreas específicas que estavam sendo avaliados, ou seja, se a prova de Geografia ou História apresentasse erros de ortografia estes eram descontados. E a prova oral constituía uma verdadeira preleção. A banca estava ali, argüindo, e você tinha que responder com desembaraço todas as questões.

A espontaneidade expressa no depoimento demonstra o caráter livre da memória, coadunando com o pensamento de Bosi, onde "lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado"¹⁴, pois a medida que os entrevistados reportam-se aos exames de habilitação, transferem ao presente a ansiedade vivida nesse momento.

Realizadas as provas do Concurso de Habilitação, a aula inaugural ocorreu no dia 22 de junho de 1950, no Salão Nobre do Colégio Estadual Regente Feijó, proferida pelo Professor Erasmo Pilotto, sob o tema "Educação através dos tempos", assistida pelo corpo discente, docente, autoridades locais e estaduais, cuja preleção impressa na memória dos entrevistados, representa a recordação daquele momento "tão vivo e tão presente" ou seja a memória discursiva.

¹⁴ BOSI, Ecléa, 1979, p. 17.

4. A Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa

A estrutura organizacional da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa seguiu princípios preconizados pelo Decreto Lei n.º 1.190, de 4 de abril de 1939, que no plano geral estabelecia a organização da Faculdade Nacional de Filosofia e seus programas de curso como modelo para o ensino superior no Brasil.

Assim, ao entrar em funcionamento a FAFI de Ponta Grossa elaborou o seu Regimento Interno, que a organizava em quatro seções fundamentais: "secção de filosofia; secção de ciências; secção de letras; secção de pedagogia"¹⁵, onde cada seção era composta por determinado(s) curso (s), encontrando-se lotado na seção de ciências os cursos de Matemática e Geografia e História, e na seção de letras o curso de Letras Neolatinas, documento este aprovado pela Comissão de Estatutos, Regulamentos e Regimentos, do Conselho Nacional do Ensino, em 02 de outubro de 1951, que legalizou a estrutura didático-pedagógica e administrativa da Instituição.

Seguindo o Regimento Interno a administração da Instituição era de responsabilidade da Congregação, do Conselho Técnico Administrativo e da Diretoria, considerados órgãos superiores com atribuições específicas e definidas.

A Congregação, foi instalada em 23 de junho de 1950, representava órgão superior de direção pedagógica e didática, era constituída por "professôres catedráticos em efetivo exercício de suas funções, professôres interinos, nomeados na forma das disposições vigentes e por um representante dos docentes livres, (...) por três anos, em reunião presidida pelo Diretor"¹⁶.

O Conselho Técnico Administrativo (CTA) era constituído de três professores catedráticos em exercício, eleitos pela Congregação. Sendo de responsabilidade do CTA "dar parecer sôbre assunto de ordem didática ou técnica"¹⁷ e desenvolver atividades de apoio ao ensino, tais como aprovar programas de disciplinas, elaborar calendários de provas, organizar conteúdos de provas, etc.

A "Diretoria", exercida por um professor catedrático, nomeado em cargo de comissão pelo Governo do Estado, através de lista tríplice.

¹⁵ FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PONTA GROSSA. *Livro de Relatório de 1951*. Ponta Grossa: FAFI, 1951, p. s/n.

¹⁶ *Idem*, p. 113.

¹⁷ *Idem*, p. 114.

Sendo o órgão intermediário entre a Congregação, o Conselho Técnico Administrativo e a Secretaria de Educação e Cultura do Paraná.

Convém lembrar que o bacharelado constituiu formação por excelência do corpo docente da FAFI, pois dos 10 primeiros professores somente dois (02) Dulce Nascimento Xavier e Paschoal Salles Rosa eram licenciados por Faculdades de Filosofia lecionando, respectivamente, as cadeiras Língua e Literatura Francesa e Língua e Literatura Espanhola, enquanto que Joaquim de Paula Xavier era formado em Medicina, Fernando Machuca em Farmácia, Faris Antônio Salomão Michaelle, Estevão Zeve Coimbra bacharéis em Direito, Eurico Taques Guimarães, Orlando Arthur Justus e Leônidas Justus formados em Engenharia e Frei Ambrósio Canato graduado em Humanidades, Filosofia e Teologia.

Os cursos em andamento tiveram o ensino inspecionado em 1951 pelos professores Romulo Hartley Gutierrez, da Escola de Música e Belas Artes do Paraná, Camilo Soares Figueredo, da Escola Paulista de Medicina e pelo Inspetor Federal Ovídio Bittencourt Ribas, os quais compunham a Comissão Verificadora, por determinação da Secretaria do Ensino Superior.

Face ao parecer da Comissão Verificadora o ensino da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa, foi aprovado e, em 1952, a Instituição em solenidade pública concedeu o grau de bacharelado as primeiras turmas, paraninfadas pelo Governador de Estado Bento Munhoz da Rocha Neto em solenidade realizada no Cine e Teatro Pax da cidade.

Em relação à solenidade de formatura o professor Joselfredo Cercal de Oliveira assevera:

Lembrar da nossa formatura é lembrar de minha juventude, mesmo sabendo que já entrei na faculdade moço criado. No dia da colação lá estávamos nós de togas, estávamos nos sentido meio doutor. Você sabe todo bacharel tem um pouco de doutor, esperando o momento da imposição de grau. De um lado o Diretor Joaquim de Paula Xavier e, de outro, o Governador Bento. O Pax estava lotado, era um evento para Ponta Grossa. Nós aguardávamos o momento suando e preocupados, pois os discursos eram tantos que nossas pernas começavam a ficar trêmulas. Mas quando começamos a escutar o som dos nossos nomes era como se estivéssemos realizando um sonho, digo sonho, porque a Faculdade de Filosofia foi muito combatida e a cada passo saíam comentários de que ela corria o risco de fechar (...) aqueles falatórios sem fundamento.

A impressão inicial que se tem do depoimento é de um reencontro do entrevistado com a sua juventude pois, ao reviver suas experiências, esboça detalhes das emoções sentidas que parecem empurrá-lo ao passado, como se as lembranças de pormenores da formatura lhe permitissem reviver a experiência juvenil.

Formadas as primeiras turmas, em 1953 o Governo Federal promoveu o reconhecimento dos cursos Geografia e História, Letras Neolatinas e Matemática, com a homologação do Decreto n.º 32.242/53, momento este em que, a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa, também, obteve autorização por meio do Decreto n.º 32.243/53 para colocar em funcionamento o Curso de Didática reconhecido em 1956.

Neste particular, a FAFI de Ponta Grossa seguiu de perto o modelo educacional que vigorava no Brasil, em consonância com a forma em que se reproduzia o processo de formação de professores, ou seja habilitar o profissional do magistério dentro do esquema 3+1, onde o bacharel após estudar durante 03 (três) anos os conteúdos específicos do curso, candidata-se ao diploma de licenciando cursando por 01 (um) ano disciplinas de cunho pedagógico "Didática Geral, Didática Especial, Psicologia Educacional, Administração Escolar, Fundamentos Biológicos da Educação e Fundamentos Sociológicos da Educação"¹⁸.

A instalação do Curso de Didática, determinou a necessidade de se colocar em funcionamento na Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa o Ginásio de Aplicação, para atender o estabelecido pelo Decreto Lei n.º 9.053/46, em cujo teor consta: "o Ginásio deve funcionar no horário normal da Faculdade para dar oportunidade a que os futuros professores, durante o Curso de Didática, recebam aulas práticas"¹⁹. Embora a lei assim determinasse na Instituição, por falta de espaço físico, essas aulas foram realizadas de início em prédio pertencente a Secretaria Estadual de Educação, denominado de Anexo do Colégio Estadual Regente Feijó, cumprindo-se a lei na íntegra em 1960 com a conclusão de prédio próprio para a FAFI construído na Praça Santos Andrade.

O processo de implantação e autorização para funcionamento da FAFI de Ponta Grossa não diferiu das demais escolas do país devido ao seu caráter multifuncional, pois, embora orientada a desenvolver estudos

¹⁸ CANDAU, Vera Maria Ferrão, 1987, p. 19.

¹⁹ FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PONTA GROSSA. **Livro de Relatório de 1955**. Ponta Grossa: FAFI, 1955, p. 14.

desinteressados que serviriam como base para as escolas profissionais, atuou como instituto de educação transformando-se em instituição de profissionalização para o magistério.

Assim, a Faculdade Estadual de Ponta Grossa, embora criada sob a insígnia da filosofia, jamais colocou em funcionamento o curso que lhe deu origem. Isto porque desde o início da criação das faculdades de filosofia, no Brasil:

Faltaram modelos para esse tipo de ensino, dada a nossa tradição de escolas profissionais isoladas. A nova instituição surgiu, portanto, com missões estrangeiras de professores. Esse fator, (...) teria agravado a reação por parte das escolas tradicionais. (...) A nova faculdade jamais foi aceita na sua função integradora pelas demais escolas (...), para se defender teria sido obrigada a dar ênfase aos cursos de licenciatura para o magistério (...) confinado na realização de uma função técnica²⁰.

Com a especialização as faculdades de filosofia expandiram-se no país, principalmente, pelo baixo custo de investimentos pois, para a realização das aulas, supunha-se que as preleções necessitavam apenas de uma sala, dispensando o uso de equipamentos. Entretanto, a realidade mostrava-se diferente, pois a FAFI de Ponta Grossa para trabalhar com a formação de professores passou a necessitar de espaço físico, material didático, laboratórios e professores qualificados na área das licenciaturas.

A partir da década de 60, a Instituição, já instalada em prédio próprio, na Praça Santos Andrade, obteve autorização do Governo Federal para colocar em funcionamento os Cursos de Pedagogia e Letras Anglo-Germânicas, isto ocasionou aumento no número de acadêmicos e com a aprovação do Decreto n.º 574/69²¹ as faculdades instaladas em Ponta Grossa ao início dos anos 70 depararam-se com problemas de toda ordem, levando a imprensa local a registrar:

As faculdades princesinas estão vivendo dramática situação: falta dinheiro e faltam salas de aula. O fato vem causando intensa apreensão nos meios universitários onde centenas de estudantes estão sem assistir aulas porque simplesmente não existe mais lugar para ninguém no Edifício das Faculdades, apesar de várias fórmulas terem sido tentadas (...),

²⁰ CANDAU, Vera Maria Ferrão, 1987, p. 14.

²¹ Lei que impedia a diminuição de vagas nos estabelecimentos educacionais e que permitia a redistribuição de alunos nos cursos com vagas sobrando.

visando amenizar o problema que a cada dia que passa, mais se agrava.²²

A década de 60 mostrou-se como período de afirmação para a Faculdade e com a aprovação da Lei n.º 4.024/61, que "cuidou ao mesmo tempo dos órgãos administrativos dos sistemas de ensino, dos fins e do direito à educação, da liberdade do ensino"²³, a Instituição nomeou em 1962 a comissão formada pelos professores Eurico Taques Guimarães, Olavo Soares e Cyro Ehlke para concluir, a redação do novo Regimento Interno.

Organizada a estrutura funcional da instituição, os cursos passaram a nortear suas atividades didático-pedagógicas por meio dos currículos, ficando as atividades administrativas relativas ao desenvolvimento do curso a cargo dos órgãos instituídos: Departamento de Matemática (Adelaide Thomé Chamma); Departamento de História (Brasil Borba); Departamento de Geografia (José Bittencourt Craveiro de Sá); Departamento de Letras (Bruno Enei) e Departamento de Educação -Pedagogia e Didática (Antonio Armando Cardoso de Aguiar e Paschoal Salles Rosa).

O código amplo e abrangente da Lei n.º 4.024/61 desdobrou-se a partir da instalação do Regime Militar em 1964, por ocasião das reformas do ensino, em leis específicas para o ensino superior e o ensino de primeiro e segundo graus. O governo, ao tratar da educação escolar, produziu um discurso de valorização e transformou a política educacional em um meio de obtenção de consenso, mostrando que a política social é resultado de múltiplas determinações e a educação, ao corporificar o conjunto das relações sociais, transfere suas características ao ensino.

Essa trajetória recebeu contribuições de John Hilliard, Rudolph Atcon, dos Acordos MEC-USAID, efetivados entre 1964 e 1968, bem como da Comissão Meira Matos, responsável pela Reforma Universitária, que inspirou a Reforma do Ensino de 1.º e 2.º Graus, através da Lei n.º 5.692/72, de 11 de agosto de 1971, pautada na "nova opção política econômica, aberta aos investimentos estrangeiros"²⁴.

A reforma educacional estabelecida no Ensino Superior e posteriormente no Ensino de 1.º e 2.º Graus configurou-se como estratégia

²² Faculdades princesinas vivem situações dramáticas. **Jornal da Manhã**, Ponta Grossa, 23 de março de 1970. n. 4585.

²³ SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de. **Estrutura e funcionamento do ensino superior brasileiro**. São Paulo: Pioneira, 1991, p. 60.

²⁴ GERMANO, José Wellington. **Estado militar e educação no Brasil: 1964 - 1985**. São Paulo: Cortez, 1994, p. 215.

política para legitimação do Regime Militar, pois a educação nesse período constituía campo propício para divulgação da nova ideologia política do Brasil e a flexibilidade da Lei n.º 4.024/61 possibilitou o estabelecimento de decretos e leis dirigidas ao ensino que visavam, principalmente, evitar a afirmação de organizações contrárias à filosofia do governo.

Neste caso, para adequar-se à política educacional do Regime Militar, a Faculdade Estadual de Filosofia Ciências e Letras de Ponta Grossa aprovou a seriação dos diversos cursos da Faculdade, de acordo com a Decreto n.º 14.879, de 15 de maio de 1964, do Governo do Estado Paraná, procedendo também a, "reformulação do Regimento Interno da Faculdade, face às Leis: Federal n.º 4.464, de 9-11-64, e Estadual n.º 4.978, de 5-12-64"²⁵.

Assim, o Governo Federal, em parceria com os governos estaduais, intervinha nas atividades educativas em nome da ideologia da Segurança Nacional, com vistas à obtenção de legitimação do Estado. E, para legitimar o seu plano de ação, estabeleceu em 1968 a Reforma Universitária através da Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968, promovendo a subordinação intelectual do sistema via dominação político- ideológica.

Esta Reforma levou as instituições de ensino a aderirem a concepções estranhas à sua conduta porque, nesse momento, o Estado, enquanto sociedade política, constituía-se por grupos que exerciam a função de "domínio e não de direção, o que se traduz, portanto, num regime político em que a função de domínio (coerção-repressão) se sobrepõe enormemente à função de direção (cultural-intelectual) ou de hegemonia"²⁶.

Face à reforma do ensino superior, desencadeada pela aplicação da Lei n.º 5.540/68, o Governo do Paraná baixou o Decreto Estadual n.º 14.923/68, autorizando a criação de comissão destinada a estudos para adaptação do ensino superior à legislação.

Fundamentado no relatório da comissão, o Governador Paulo Cruz Pimentel enviou proposta à Assembléia Legislativa para criação de universidades em Londrina, Maringá e Ponta Grossa, efetivadas pela Lei n.º 6.034, de 06 de novembro de 1969, e com a assinatura do Decreto Lei n.º 18.111/70 o Governo do Estado do Paraná reconheceu a criação da Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, que nesse processo incorporou a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras.

²⁵ FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PONTA GROSSA. Congregação. **Ata da sessão realizada no dia 04 de junho de 1965. p. 78.**

²⁶ GERMANO, José Wellington, 1994, p. 102.

5. A Universidade Estadual de Ponta Grossa

A criação das universidades estaduais no Paraná ocorreu durante a implantação da Lei n.º 5.540/68, da Reforma do Ensino Superior, seguindo orientações que frisam "Os estabelecimentos isolados de ensino superior deverão, sempre que possível, incorporar-se a universidades (...), regidas por uma administração superior e com regimento unificado que lhes permita adotar critérios comuns de organização e funcionamento"²⁷.

Assim, a implementação da Universidade Estadual de Ponta Grossa adveio da "incorporação das Faculdades isoladas: Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa, Faculdade Estadual de Odontologia de Ponta Grossa, Faculdade Estadual de Farmácia e Bioquímica de Ponta Grossa, Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa, Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Administrativa de Ponta Grossa"²⁸, obedecendo a lógica da abrangência geo-educacional, fixada pelo Conselho Federal de Educação.

Estruturada a Universidade, o Governador Paulo Cruz Pimentel nomeou ao cargo de Reitor o Professor Álvaro Augusto Cunha Rocha, atendendo ao dispositivo da Lei n.º 5.540/68 da Reforma Universitária, Artigo 16, inciso I: "O Reitor e o Vice-Reitor de universidade oficial serão nomeados pelo respectivo Governo e escolhidos de listas de nomes indicados pelo Conselho Universitário ou colegiado equivalente"²⁹.

Empossada a Reitoria, esta trabalhou para integrar a Instituição à política educacional do Regime Militar, compondo o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária, os docentes Osni Villaca Mongruel (Presidente), Fernando Machuca, Professor Antonio Armando Cardoso de Aguiar e Professor Manoel Lobo da Silva Brasil (membros), para

Planificar o sistema de reforma mais adequado à peculiaridade desta Universidade (...) e a Comissão Especial, composta pelos professores Odeni Villaca Mongruel, Fernando Machuca, Brasil Borba, Joselfredo Cercal de Oliveira, Osmário Pimentel dos Santos, Edilson Joaquim Teixeira Biscaia, Antonio Armando Cardoso de Aguiar, Manoel Lobo da

²⁷ SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de. **Estrutura e funcionamento do ensino superior brasileiro**. São Paulo: Pioneira, 1991, p. 95.

²⁸ UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. **Catálogo Geral 1993**. Ponta Grossa: UEPG, 1993, p. 35

²⁹ CARVALHO, Guido Ivan de. **Ensino superior: legislação e jurisprudência**. 3. ed. São Paulo: [s.n.], 1971, p. 56.

Silva Brasil e o acadêmico Valdir Luiz Gehlen, encarregada de promover a implantação da reforma preconizada.³⁰

A reforma foi aprovada pelo Colegiado Universitário em 1972 e, ao final de 1974, ocorreu a instalação da "Diretoria Geral de Assuntos Acadêmicos", que consolidou a implantação do sistema de créditos, absorvendo o controle acadêmico e o setor didático.

Para integrar-se ao projeto pedagógico nacional, a UEPG reformulou seu Regimento Interno, tendo como inspiração a Lei n.º 5.540/68 e o Decreto Lei n.º 464/69, que "promoveram a denominada Reforma Universitária, especificando os preceitos relacionados com a organização, a administração e os cursos na graduação, composto de ciclo básico e de ciclo profissional"³¹.

Diante da reestruturação universitária, estipulou-se que as atividades escolares não deveriam

ocupar menos de cento e oitenta (180) dias de trabalho escolar efetivo (...), dois períodos regulares de atividades letivas, (...) com a duração de noventa (90) dias de trabalho escolar. Entre os períodos letivos serão desenvolvidos trabalhos especiais de pesquisa e de extensão, podendo ser programadas, também, disciplinas dos currículos com a finalidade de antecipação de créditos³²,

ficando os cursos agrupados por áreas de conhecimento Ciências Biológicas, Filosofia e Ciências Humanas, Letras e Artes, Tecnologia e Ciências Exatas.

Concluído o trabalho de reforma do ensino na UEPG, os cursos de graduação passaram a organizar-se tendo como ponto de referência o Currículo Mínimo, aprovado pelo Conselho Federal de Educação com o Parecer n.º 292/62, assim planificadas:

Disciplinas Fundamentais comuns a área de estudo (obrigatória); Disciplinas Complementares Obrigatórias sugeridas pela Universidade, para compor o Currículo Pleno; Complementares Optativas - oferecidas pela Universidade para complementação de carga horária; Disciplinas Eleti-

³⁰ UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. **Catálogo Geral 1972**. Ponta Grossa: UEPG, 1972, p. 9.

³¹ VIEIRA, Evaldo. **Estado e miséria social no Brasil**: de Getúlio a Geisel. São Paulo: Cortez, 1995, p. 214.

³² UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. **Catálogo Geral 1972**. Ponta Grossa: UEPG, 1972, p. 15.

vas oriundas de outras áreas cujos créditos serviam para concluir curso em andamento.³³

Instalado o regime de crédito na Instituição, procurava-se mostrar as vantagens proporcionadas pelo "novo" regime de ensino, colocando que neste sistema o acadêmico poderia "reduzir a duração de seu curso (...), organizar seu próprio plano de curso, (...) ampliar sua cultura geral pela escolha das disciplinas optativas e eletivas"³⁴.

Assim a UEPG, no decorrer da década de 70, trabalhou no projeto de integração da Universidade à política nacional, onde a estrutura didática e administrativa passaram por ampla reorganização, ou seja o "novo sistema", representava a sobreposição do moderno sobre o tradicional disseminado no discurso interno acadêmico da seguinte maneira:

Cinco Faculdades estão se deixando tragar e vivificar pelo processo paulatino, mas irreversível, do novo regime, que absorve o tradicional, firmando o princípio da setorização científica dos departamentos contra a discriminação meramente convencional do regime de Universidades agrupadas, sem qualquer intercomunicação de trabalho; da preservação do princípio de economia, que visa a evitar-se a multiplicação de meios para a obtenção de fins idênticos.³⁵

Com a reforma do ensino, a Universidade Estadual de Ponta Grossa passou por reorganização didática e administrativa conforme os objetivos do projeto educacional da política vigente que se preocupava em "formar exclusivamente recursos humanos subordinados à expansão econômica do País, num programa nacional de capacitação chamado capital humano, cuja tendência é funcionar de acordo com parâmetros previamente fixados, tendo todos os recursos alocados nessa prioridade, sem concessão aos demais aspectos relacionados com a formação geral dos educandos"³⁶.

Isso demandou a criação de novos órgãos e, conseqüentemente, a abertura de vagas para suprir os cargos ligados à burocracia. Na Universidade Estadual de Ponta Grossa os novos colegiados criados tinham como centro de decisões a Assembléia Universitária, composta pelo Conselho de Curadores, Reitoria e Conselho Universitário. A Vice-Reitoria recebia apoio do Conselho Superior de Ensino e Pessoal, Diretoria Geral

³³ *Idem*, p. 18.

³⁴ *Idem*, p. 20.

³⁵ *Idem*, p. 2.

³⁶ SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de, 1991, p.39.

de Assuntos Administrativos e Diretoria Geral de Assuntos Acadêmicos, de onde se originaram secretarias que auxiliavam na administração.

Sobre a proliferação de novos órgãos administrativos o depoimento da professora Guísela Velleda Frey Chamma faz as seguintes observações:

A burocratização do ensino aumentou o número de funcionários que representou mais gastos (muitos dos quais supérfluos), gerando inclusive o empreguismo, pois a reforma universitária foi fruto do pensamento de gente muito bem instalada em gabinetes que queriam mostrar trabalho, realizando projetos de mudanças sem um estudo apurado que permitisse avaliar êxito ou fracasso.

As lembranças da depoente denunciam que as mudanças operadas na FAFI de Ponta Grossa em decorrência da Reforma Universitária não considerou a realidade histórica da Instituição, sendo uma ação imposta de cima para baixo, sua opinião associa-se a própria vivência institucional da docente, que desenvolvendo atividades em conjunto com demais professores tende a "criar esquemas coerentes de narração e de interpretação dos fatos, verdadeiros universos de discursos, universo de significados, que dão ao material de base uma forma histórica própria, uma versão consagrada dos acontecimentos"³⁷, levando os depoentes inconscientemente a construir ponto de vista que fixam suas imagens na História.

A política centralizadora permitiu ao Estado prever, regular, controlar e prover o ensino superior, via legislação, com o respaldo dos órgãos administrativos locais, que se multiplicaram. Esta situação faz-se reveladora no depoimento de Joselfredo Cercal de Oliveira que ocupou o cargo de Diretor da FAFI de Ponta Grossa:

A reforma universitária causou uma sobrecarga nas despesas, criando novos órgãos administrativos, que levou ao aumento no número de funcionários e é claro o número de cargos de chefia aumentou. Acredito que se preocupou mais com o setor administrativo, porque no ensino poucos foram os investimentos. Então o que tivemos foi um aumento considerável na folha de pagamento, significando que, com a reforma 5.540/68, o governo gastou mais e os resultados não foram satisfatórios.

O entrevistado ao criticar os resultados aferidos a Instituição pela Reforma Universitária, demonstra uma atitude progressista defendendo o

³⁷ BOSI, Ecléa, 1979, p. 27.

dinheiro público o que torna o seu discurso atual, denotando que a memória que revive o trabalho pode em muitos casos transformar-se em exemplo de experiência prática.

O aumento nas despesas orçamentárias nas instituições públicas de ensino superior levou a falência à universidade brasileira, pois sendo o ensino gratuito suas verbas advêm das transferências orçamentárias, conforme a natureza da universidade (federal, estadual, municipal), respeitando os projetos de orçamento enviados pelos reitores aos respectivos Poderes Legislativos, para transformar-se na Lei de Meios.

Estes valores segundo Souza, "(...) seja pelo golpe inflacionário, seja pela incompetência administrativa de não poucos Reitores, seja pela demasiada ingerência política nas escolas, seja pelo excesso de pessoal na folha de pagamentos, seja por isso tudo somado, todas as universidades oficiais têm terminado o exercício, ano a ano, apresentando terríveis déficits em suas contas"³⁸.

A centralização do ensino superior no Brasil reforçou a burocracia, excluindo professores dos centros de decisão e gerando o isolacionismo das faculdades. Isto quer dizer que a modernização contida na Lei n.º 5.540/68, da Reforma Universitária, ao inserir mecanismos de controle, provocou o distanciamento entre a universidades e a sociedade, pois:

A universidade continuou a formar quadros para o serviço público e a empresa privada sem discutir a formação que estava proporcionando. Continuou a recrutar alunos sem interferir no sistema de Ensino de 1º e 2º graus que formava os candidatos. Terminou por abdicar até do controle do sistema de seleção, organizado de forma empresarial. Prosseguiu realizando pesquisas e produzindo conhecimentos, sem poder discutir suas implicações políticas e sociais ou interferir na sua aplicação.³⁹

Integrada à reforma do ensino superior brasileiro, a Universidade Estadual de Ponta Grossa iniciou, na década de 70, a política de expansão, iniciando obras de ampliação do prédio que abriga a Biblioteca Central, construção do Centro Desportivo no Campus Universitário em Uvaranas, dos laboratórios no Jardim Boa Vista, para estudo de Mecânica do Solo e Farmacotécnica e do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (Distrito de Itaiacoca).

³⁸ SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de, 1991, p. 147.

³⁹ SARMENTO, Diva Haves. A Universidade Brasileira. **Educação Brasileira**. Brasília, v. 13, n. 26, 1996, p. 137.

Nesta linha da política, a UEPG realizou convênios com órgãos públicos para realização da Extensão Universitária, entre os quais o Centro de Seleção, Treinamento e Aperfeiçoamento Pessoal - CETEPAR, que tinha por objetivo a realização de cursos para formação de professores dentro do Esquema I e II e, o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino, oferecendo cursos de Licenciatura Parcelada na área de Ciências, Artes Práticas e Matemática aos professores leigos em exercício no magistério do Paraná. E para abrir campo de estágio voluntário e curricular aos acadêmicos a Instituição formalizou diferentes convênios, dentre os quais, o da Receita Federal, o do Hospital Vicentino e outros.

Assim, a política educacional adotada pela UEPG atendia aos objetivos do projeto pedagógico do regime militar, dentro dos programas de expansão e de treinamento e capacitação profissional, denotando os vínculos estreitos existentes entre a educação e o poder político, o que coloca este setor da sociedade vulnerável às instabilidades políticas.

Desta maneira a crise econômica provocada no Brasil, pela alta no preço do barril de petróleo em 1973, no mercado mundial, levou o governo federal a proceder cortes nos investimentos sociais e priorizar investimentos estatais nos setores de produção, atingindo diretamente a área educacional.

No Paraná, o governo seguindo instruções reduziu as verbas públicas orçadas nas previsões orçamentárias das instituições de ensino. Esta medida, aliada à alta da inflação nesse período agravou a crise financeira das instituições universitárias do Estado. Na UEPG, em particular, as obras de ampliação da Biblioteca Central e a construção do Centro Desportivo no Campus Universitário em Uvaranas foram interrompidas.

Junto às questões econômicas o ensino superior encontrava-se à mercê do autoritarismo do Presidente Geisel que ao assumir a presidência em 1974, utilizou-se dos poderes do Ato Institucional n.º 5 para reforçar o poder decisório do executivo e colocar em prática a proposta governamental do retorno da democracia de modo lento, gradual e seguro, combatida pela extrema direita. Entretanto, este projeto sofreu limitações por conta da crescente crise econômica, o abalo do apoio do empresariado ao regime, a crise de poder gerada pelo confronto entre o executivo e a extrema direita (vencido pelo primeiro) e as primeiras mobilizações em torno da Anistia.

A presença de militares na área educacional, a partir da instalação da ditadura em 1964, tinha como objetivo principal evitar manifestações estudantis contra a política oficial. Na UEPG esta prática concretizou-se com a nomeação de Alfredo Bertholdo Klas, para lecionar Estudo de

Problemas Brasileiros - EPB, ex-combatente da Força Expedicionária Brasileira e, a partir da década de 70, com a presença de Álvaro Benedito Di Piero, nomeado pelo Serviço Nacional de Inteligência - SNI, para garantir a ordem e evitar a formação de líderes, especialmente, nos diretórios acadêmicos da Instituição.

Paralelamente a essas questões crescia no Brasil o movimento social em favor da democratização. Em 1974, realizou-se o I Congresso de Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, que favoreceu, no governo de João Batista Figueiredo, a organização de greves em todo o país em 1979, envolvendo diversas categorias profissionais que reivindicavam reposição salarial das perdas causadas pela inflação, reconhecimento de representantes eleitos nos locais de trabalho e estabilidade de emprego.

A organização da sociedade e a simpatia demonstrada pelos políticos eleitos do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, Partido dos Trabalhadores - PT e parte do Partido Democrático Social - PDS, ao início dos anos 80, a idéia de eleições diretas viabilizou a união da população na campanha pelas "diretas já".

No Palácio dos Bandeirantes em São Paulo no ano de 1983, o governador do Estado do Paraná, José Richa, representando o pensamento dos governadores eleitos pelo PMDB, colocava que as eleições diretas poderiam não ser a solução para todos os problemas brasileiros, mas que a solução aos problemas nacionais começariam por ela.

Articulado aos interesses sociais, José Richa, eleito em 1982, desenvolvia política de apoio ao movimento pelas Diretas, ao mesmo tempo em que implementava no Estado políticas educacionais de cunho democrático que, em diferentes aspectos, representaram uma efetiva ruptura com as dos governos militares.

As concessões conferidas ao campo educacional iam desde a elaboração de projetos educativos para melhorar a qualidade do ensino até a democratização da educação para torná-la acessível às classes populares. Junto a estas medidas o Governador José Richa, para amenizar a crise do funcionalismo público do Estado, concedeu reposições salariais e na medida do possível atendeu as previsões orçamentárias das universidades estaduais, que permitiu a UEPG retomar as obras paralisadas ao final dos anos 70.

Na UEPG, o governo Richa (1983 - 1986) foi tido como um dos melhores segundo depoimento da professora Roseli Pedroso que frisa:

Os salários permitiam que você tivesse uma situação financeira estável, se ganhava muito bem na UEPG, isto de certa maneira conferia "status" a quem trabalhasse na Instituição.

Unâimes são as opiniões a respeito da política salarial desenvolvida no Paraná, nesta gestão, contudo se faz necessário alertar que, no tocante à política educacional, as propostas, embora estejam inseridas no discurso da democracia, tiveram suas decisões relegadas a um segundo plano, evidenciando que o processo de descentralização da educação não passava de uma desconcentração, retirando as decisões do centro para a periferia e provocando uma concentração do poder na esfera estadual, o que determinou a aprovação de planos governamentais imediatistas, que sucumbiram nos governos seguintes.

Quando da ascensão de Álvaro Dias ao governo do Paraná em 1987, a área educacional enfrentou uma de suas maiores crises, tumultuando a relação entre o poder público e os professores, colocando a democracia como retórica nos planos do governo paranaense. Esse impasse entre governo e professores ainda permanece vivo na memória de muitos docentes da UEPG e o professor João Lubczyk ao se reportar a esse episódio, colocou:

A educação estava sucateada, nossos salários atrasados, enfim era um caos. Para pressionar o governo estadual, acampamos defronte ao Palácio Iguazu, uma vez que o governador se recusava a nos receber e a realizar qualquer tipo de negociação. Este movimento contava com professores dos três graus de ensino. Permanecemos acampados defronte ao Palácio, apesar das ameaças do governador para nos retirarmos. Para surpresa geral, em 30 de agosto de 1988, fomos atacados pela polícia de choque do governador(Álvaro). Muitos de nossos colegas foram feridos. E este ficou sendo um dia de luto para a educação paranaense.

A experiência vivida pelos depoentes por ocasião da greve dos professores da rede Pública Estadual, traz a tona sentimentos de revolta unificando a linguagem dos depoentes que ora aparecem como lutadores que reivindicam melhorias a sua classe trabalhista ora como vítimas das ações desencadeadas sob ordens do representante do poder executivo paranaense.

Sob este particular, convém lembrar que a crise da educação no Paraná como em outros estados da federação advém da própria crise econômica deflagrada com o fim do "milagre brasileiro", em que a década de 1980 arcou com o ônus da euforia, deixando o Brasil endividado e sujeito aos ajustes macroeconômicos impostos pelo FMI que permeado pela

corrupção debilitou sua capacidade de investir nos setores estratégicos para o desenvolvimento da indústria brasileira, colocando o capital nacional à mercê da especulação financeira, face as altas taxas de juros aprovadas pelo governo.

Essa situação atingiu o ensino superior, que passou por restrições orçamentárias debilitando as condições de funcionamento das instituições e provocando o surgimento de "movimentos no âmbito da sociedade civil e do Estado que reivindicavam melhor qualidade na educação superior"⁴⁰.

No Paraná, as condições dos educadores universitários não eram diferenciadas de outros professores do restante do Brasil, porque a greve das universidades estaduais foi definida pelo então Secretário do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, Paulo Roberto de Souza, como

reflexo da conjuntura nacional, em que o poder público se encontra financeiramente arrasado, mas que precisa com urgência a educação como prioridade nacional (...) e é preciso que haja uma discussão maior de responsabilidades entre a comunidade universitária, o governo e a sociedade sobre a crise do ensino superior.⁴¹

A escassez de recursos econômicos para a educação levou o Governador do Estado do Paraná Álvaro Dias a constituir comissão⁴² para diagnosticar as condições das Instituições de Ensino Superior de 1981 a 1986. Os dados levantados indicaram que:

As IES (...), apresentam instalações físicas em condições que nem sempre atingem os pré-requisitos necessários e de boa qualidade para o ensino, a pesquisa e a extensão. Na realidade, apresentam inúmeros problemas (...) insuficiência de área destinada ao trabalho do corpo docente no ensino, pesquisa, extensão e atendimento dos discentes (...); falta de espaço físico para o desenvolvimento de pesquisas; necessidade de melhor aparelhamento, em termos de recursos audiovisuais, laboratórios e bibliotecas.⁴³

⁴⁰ CATANI, Afrânio Mendes (Org). **Universidade na América Latina: tendências e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 1996, p. 13.

⁴¹ Paraná prioriza o ensino de 3º Grau. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 5 de junho de 1989. p. 3.

⁴² Zeferino Perin - Presidente; Iraci Girardi Presa - Coord. Executiva; Nicolau Leopoldo Obladen - SEET; Paulo Bittencourt Beltrão - CEE; Teófilo Bacha Filho - CEE; Mário Rodrigo Fernandes Maia - DEMEC/Pr; Daniel Albach Tavares - representante das Universidades Estaduais do Paraná.

⁴³ PARANÁ. Secretaria Especial do Ensino Superior, Ciências e Tecnologia. **Política para expansão do ensino superior do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial, 1988, p. 22.

Diante desse indicativo o Paraná, ao final de 1988, adotou nova "Política de Expansão do Ensino Superior", que levou a Universidade Estadual de Ponta Grossa a adotar idéias de multi-campi, que dentro da lógica econômica viabilizava a

oferta de cursos às exigências locais; otimização e distribuição de responsabilidades pelos recursos humanos, físicos, materiais e econômicos; simplificação dos aspectos administrativos; não duplicação de cursos em municípios próximos, criando-se rodízio ou substituição dos existentes por outros, de acordo com as necessidades locais.⁴⁴

Assim, a UEPG, que no governo José Richa havia instalado campus universitário Telêmaco Borba (1985), colocou em funcionamento, no decorrer da gestão de Álvaro Dias, campus universitário na cidade de Palmeira (1990), através do estabelecimento de convênios entre a Instituição e os governos municipais das respectivas cidades, dando continuidade à política de expansão na década de 90, com a criação de campi em Castro (1992), São Mateus do Sul (1992), União da Vitória (1997) e Jaguariaíva (1999), cujo trabalho didático e administrativo constituiu responsabilidade de professores vinculados a Instituição, os quais viajam diariamente de Ponta Grossa para lecionar e/ou coordenar essas extensões.

A crise econômica das Instituições de Ensino Superior no Brasil, nos anos 80, atribuída à falta de autonomia financeira, motivou discussões a nível nacional e greves, que despontaram praticamente em todas as regiões. Em Ponta Grossa (PR), registrou-se ao início dos anos 90 a greve de professores e funcionários da Universidade Estadual de Ponta Grossa, os quais pleiteavam melhores condições para a educação e salários para as respectivas categorias funcionais. Sobre essa questão o depoimento da professora Maria Augusta Pereira Jorge resgata esse instante de tensão:

O movimento ocorreu no governo de Roberto Requião, envolvendo funcionários e professores, os quais tinham reivindicações em comum. Para manter a organização do movimento grevista montou-se um Comando de Greve, o qual era responsável, particularmente, pela manutenção das necessidades dos funcionários que não ocupavam cargo docente, pois com a paralisação houve corte salarial. O movimento durou dois meses (março e abril/91) e para manter o movimento foram realizados através da coordenação dos professores bazares e almoços comunitários e o di-

⁴⁴ UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. **Catálogo Geral 1986**. Ponta Grossa: UEPG, 1986, p. 4.

nheiro arrecadado era depositado no Comando de Greve para atender as necessidades básicas dos funcionários de outras categorias.

A releitura da greve que culminou com a paralisação temporária de alguns funcionários e professores na UEPG, se cristalizou na memória da entrevistada pelas estratégias desenvolvidas pelo Comando de Greve, e não pelos resultados obtidos, pois as lembranças neste caso surgiram da história pessoal da depoente, enquanto organizadora e militante do movimento.

A situação do ensino superior constituiu pauta da Reunião Plenária do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, realizada em 1990 na cidade de Belo Horizonte, que apontou como uma possível saída para a crise o entrosamento das universidades com as classes produtivas, onde:

A aproximação entre os setores produtivos e educacionais, em especial a educação superior, é um fato estruturalmente irreversível neste estágio de desenvolvimento do capitalismo mundial. Interessante notar a contradição desse movimento. Ao mesmo tempo em que as universidades são questionadas quanto à qualidade do ensino, quanto aos conteúdos nelas desenvolvidos, quanto a eficiência de seu processo de produção e distribuição do conhecimento, externamente ela se reveste de um papel estratégico na economia dos países e dos blocos regionais constituídos na nova ordem econômica mundial.⁴⁵

Nesse sentido, com base nos princípios constitucionais, a universidade tende a

integrar-se no sistema educativo geral mas, ao mesmo tempo, procura um desenvolvimento autônomo. Em termos institucionais a tensão se desenvolve entre o controle público e a autonomia. Em termos pedagógicos, entre a liberdade acadêmica e o ensino socialmente integrado. Em termos econômicos, entre a demanda social (democratização dos estudos) e a demanda econômica (uma certa estrutura socioprofissional).⁴⁶

Essas contradições provocaram e continuam provocando crises no meio universitário, levando o Estado na maioria das vezes a promover ajustamento da universidade às condições de existência da sociedade. Nesse particular, o problema crucial vem sendo o de conciliar diversas funções numa universidade sem perder de vista a qualidade do ensino.

⁴⁵ CATANI, Afrânio Mendes, 1996, p. 22-23.

⁴⁶ SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de, 1991, p.173.

A aproximação do ensino superior aos setores produtivos por certo representa ao Estado uma das alternativas de contenção de gastos, como a adesão das faculdades e universidades estaduais⁴⁷ do Paraná ao regime seriado anual. Isso porque, em reunião promovida pela Secretaria do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, presidida pelo então Secretário Paulo Roberto Pereira de Souza, defendia-se o retorno do regime como uma iniciativa, que

faz parte de um projeto global de melhoria e adaptação do ensino superior à realidade (...). Acredita-se que o retorno ao regime seriado vai gerar maior interação entre professor e aluno, restabelecendo a escola formadora de líderes. Além disso deverá promover a economia de espaço físico e de pessoal, criando ainda condições de trabalho melhor.⁴⁸

Na Universidade Estadual de Ponta Grossa, a proposta do retorno do regime seriado anual originou-se de documento da Pró-Reitoria de Graduação, onde o Pró-Reitor Professor Antonio Carlos Schafranski, elencou vantagens e desvantagens do ensino desenvolvido no regime semestral de créditos sem ater-se a questão racional-financeira.

Vantagens do sistema atual: modificações curriculares que contribuíram com a melhoria da estrutura de nossos currículos; (...) melhor distribuição dos conteúdos das matérias em disciplinas; (...) facilitada a possibilidade dos freqüentes e necessários ajustes dos conteúdos programáticos das disciplinas, para adequação dentro da evolução dos mesmos (...). Desvantagens do sistema atual: utilização imprópria, por parte de muitos acadêmicos, da faculdade de compor o seu fluxo curricular (...) provocando conseqüentemente dificuldades para o seu aprendizado (...); inadequação do sistema de verificação do rendimento escolar (...) que provoca excesso de reprovações; dificuldades operacionais para a efetivação da matrícula da totalidade dos acadêmicos.⁴⁹

⁴⁷ Cf. GAZETA DO POVO. Faculdades: Paranaguá, União da Vitória, Campo Mourão; Universidades: Ponta Grossa, Maringá, Londrina e Cascavel.

⁴⁸ No Paraná, apoio a volta do regime seriado em faculdades. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 21 de dezembro de 1988, p. 5.

⁴⁹ UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. Pró-Reitoria de Graduação. Implantação do regime seriado. Ponta Grossa, 1991, p.s/n.

Face à proposta da Pró-Reitoria de Graduação, nomeou-se em 1988 comissão⁵⁰ para realização de estudos da viabilização do regime seriado na UEPG. Constituiu-se responsabilidade do grupo

coordenar a continuidade dos trabalhos (...); oferecer subsídios teóricos para o trabalho dos colegiados de curso em torno da questão; elaborar documento conclusivo que seja expressão da vontade (...) da comunidade universitária; e definir estratégias de implantação, caso a comunidade opte pelo novo regime.⁵¹

No decorrer de 1988, a Universidade promoveu encontros e seminários para debater o sistema de créditos, contando com a presença dos palestrantes Professor Ildeu Moreira Coelho, da Universidade de Goiás, e Paulo Roberto Pereira de Souza, Secretário do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia do Paraná, resultando na composição de indicativos que anunciaram o retorno do sistema seriado, tendo em vista o posicionamento dos grupos participantes do evento.

O Grupo I, teve como relator o Professor Wilson Comel, e sugeriu avaliação do regime de créditos mediante ampla consulta aos colegiados de curso, os quais, inclusive, propunham possíveis reformulações; o Grupo II, que teve como relator o Professor Kamal Tebcherani argumentou que a passagem se dê emergindo de um estudo principalmente dos colegiados de curso, com esclarecimento e participação de professores e acadêmicos, evitando a implantação de cima para baixo; o Grupo III, representado pela Professora Cleide Aparecida Faria Rodrigues elencou as vantagens e as desvantagens do sistema de créditos, colocando-se favorável à reestruturação do sistema, para adaptá-lo à realidade institucional que persegue a qualificação do ensino.⁵²

Para avançar nesta discussão convém lembrar que no regime seriado as disciplinas curriculares são distribuídas em séries anuais, de forma que um curso de graduação tem duração fixada, sendo o plano de estudo preenchido por um conjunto de disciplinas destinadas às respectivas sé-

⁵⁰ Presidente: Daniel Albach Tavares; membros: Cândida Leonor Miranda Cappelletti, Emigdio Enrique Orellana Jimenez, Jussara Carmencita Gomes Lichacowski, Kamal Tebecherani, Lúcia Helena de Barros do Valle, Sandra Tellier Motti e Euclides Eudes Panazzolo (acadêmico), nomeados pela Portaria R. n.º 128, de 22 de agosto de 1988.

⁵¹ UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. Pró-Reitoria de Graduação. Implantação do regime seriado. Ponta Grossa, 1991, p.s/n.

⁵² Regime escolar: grupos opinaram pela mudança do atual sistema de créditos semestral. **Campos Gerais**, Ponta Grossa, 26 de agosto de 1988, p. 5.

ries. E no regime de semestral ou de créditos é o aluno quem, supostamente, determina o plano de estudo, respeitando lógicas consideradas pré-requisitos, dentro do elenco das disciplinas obrigatórias e optativas do curso, que estabelece limites máximo e mínimo para a conclusão da graduação.

Quanto a essa questão o professor Mário Urbano Canteri comenta:

A UEPG não detinha estrutura para aplicar o regime de créditos, desenvolvendo uma espécie de seriação semestral, pois na verdade os créditos correspondiam a módulos e nós não tínhamos o sistema de módulos. Outro fator, que prejudicou o ensino no sistema de créditos, foi a excessiva concatenação, dos pré-requisitos e co-requisitos, que retirou toda a liberdade do acadêmico de programar seus estudos, dificultando a liberdade que o sistema oferecia, dado que era a própria Diretoria de Assuntos Acadêmicos, quem determinava as disciplinas para a composição do plano de estudo e, conseqüentemente, do currículo pleno.

Os motivos que impediram o bom funcionamento do regime semestral de créditos, segundo o depoente indicam o descompasso existente entre a proposta elaborada pela Reforma Universitária e as ações administrativas desenvolvidas na Universidade para efetivação do sistema.

Dessa maneira, a política institucional pautada no "retorno" do regime seriado anual na Universidade Estadual de Ponta Grossa aparece como estratégia para superação dos problemas advindos do processo de implantação do regime de créditos, que ao ser colocado em funcionamento na Instituição não acompanhou a realidade administrativa e a lógica acadêmica interna, pois:

A universidade não detinha as condições necessárias para que realmente se implantasse com as efetivas vantagens o novo regime, pois ocorria n.º(sic) de salas, n.º(sic) de professores, n.º(sic) de laboratórios em quantidade insuficiente para atender de forma flexível toda uma demanda existente, como também alunos que estudavam e trabalhavam ao mesmo tempo. Com isso o que se observou foram disfunções causadas pelo regime de créditos e disciplinas com: fragmentação de currículos, insuficiência de tempo para o cumprimento e aprofundamento dos programas das disciplinas, descompromisso do aluno com o curso, heterogeneidade das turmas, fim das turmas, dificuldades de ordem adminis-

trativa, etc., disfunções essas que está se tentando resolver, em muitas instituições, com a mudança para o regime seriado.⁵³

Com a aprovação do retorno do regime seriado anual, a Universidade Estadual de Ponta Grossa que vinha, desde 1985, introduzindo ao Estatuto e ao Regimento Geral alterações, aprovou, em julho de 1991, novo Estatuto e Regimento Geral, reorganizando a estrutura administrativa e didática da Instituição.

Com a reestruturação didática os cursos se organizaram em departamentos, agrupados por Setor de Conhecimento, destacando-se no Capítulo III, Artigo 47 "o Departamento é o órgão responsável pelo desenvolvimento do ensino, pesquisa e da extensão"⁵⁴. Paralelamente, às atribuições conferidas aos departamentos o Estatuto e Regimento Geral da Universidade introduziam novas grades curriculares, conforme versa no Capítulo IV, Artigo 55, da estrutura dos cursos:

Os cursos superiores de graduação são ministrados através de disciplinas que, em seu conjunto, constituem o currículo pleno de cada curso, fixado de acordo com as diretrizes curriculares traçadas pelos órgãos competentes.

Parágrafo único: o currículo pleno dos cursos de graduação constituir-se-á de disciplinas convencionais obrigatórias de formação básica e profissional, de aprofundamento e/ou de diversificação da formação e de estudos independentes.⁵⁵

A aprovação do retorno do regime seriado anual em 1989⁵⁶, estabeleceu normas gerais para montagem dos currículos dos cursos de graduação da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Esta reestruturação forneceu novos moldes à educação, alterando inclusive o ano letivo de 180 dias para 204 dias de trabalho escolar efetivo⁵⁷.

A reformulação introduziu nas licenciaturas a matéria Fundamentos da Educação, na categoria de complementar obrigatória, e a obrigatoriedade do acadêmico de desenvolver ao longo do curso atividades essen-

⁵³ Regime seriado X regime de matrícula por disciplinas: algumas considerações. **Campos Gerais**, Ponta Grossa, 07 de julho de 1988, p. 2.

⁵⁴ UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. **Estatuto e Regimento Geral**. Ponta Grossa, 1991, fl. 11.

⁵⁵ *Idem*, fl. 13.

⁵⁶ UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. Resolução Univ. n.º 11, de 01 de agosto de 1989.

⁵⁷ UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. Resolução Univ. n.º 02, de 23 de maio de 1990.

ciais à formação profissional correspondente a 5% (cinco por cento) da carga horária total do curso.

Colocada a organização do regime seriado anual, convém lembrar que essa discussão veio à tona com maior intensidade a partir da ascensão do neoliberalismo, que chegou ao Brasil no governo Collor ao início dos anos 90, como alternativa para resolução dos problemas econômicos do país, seguindo de perto as prescrições do Consenso de Washington.

No Paraná a introdução do ideário neoliberal se fez presente já ao início do governo Requião, quando se elaborou o programa educacional "Uma educação para a modernidade: propostas de ações para o ensino no Paraná" com ênfase, principalmente, na administração escolar, complementando-se a proposta neoliberal para a educação na gestão de Jaime Lerner, iniciada em 1994, que define para a área educacional plano voltado à gestão compartilhada, para se atingir a excelência na educação, valorização do profissional da educação, flexibilização nos mecanismos de atendimento à demanda estudantil, entre outros princípios que tendem a reintroduzir na educação modelos de administração empresarial, transformando a escola em centro de experimentação e divulgação da ideologia de Estado.

Dessa maneira, convém lembrar que o ensino superior, também, ficou a mercê da política educacional, tanto que para resolver problemas de ordem financeira e racionalizar serviços e recursos humanos a Universidade Estadual de Ponta Grossa propôs em 1989 a extinção do regime semestral de créditos e o retorno do regime seriado anual, colocado em funcionamento em 1990. Sobre essa questão os depoimentos de professores que vivenciaram essas fases denunciam:

Com o regime seriado anual acabou-se o dilema de um professor ter que trabalhar com um número variado de disciplinas, pois no semestral a cada seis meses o professor para atender a demanda, muitas vezes era colocado pelo departamento para ministrar disciplinas com cujos conteúdos muitas vezes não tinha afinidade. O resultado era negativo para o estudante, que perdia com a qualidade do ensino. E desgastante para o professor que não tinha a oportunidade para se especializar num campo específico do conhecimento (Ivan Meneguzzo).

Confere tempo maior para o docente estabelecer o conteúdo que será desenvolvido em um período mais elástico. (Cláudio Jorge Guimarães)

A principal vantagem se refere à estrutura dos cursos, pois elimina a figura do aluno visitante de várias turmas (Flamarion Laba da Costa).

Os cursos tornaram-se mais lógicos e homogêneo para o acadêmico, pois mantêm uma linha de continuidade.(Carlos Alberto Maio)

Tais depoimentos de certo modo manifestam críticas à organização do antigo regime semestral de créditos. Primeiro no que tange à questão do tempo, ou seja, nesse sistema a disponibilidade para se trabalhar um disciplina considerada pré-requisito era de seis meses, ao contrário do regime seriado anual, que ao fornecer um tempo maior para o cumprimento da disciplina, oferece ao docente a possibilidade de trabalhar os conteúdos com maior profundidade e; segundo ao que se refere à falta de continuidade da disciplina e à inexistência de turmas fixas.

Em relação ao fator continuidade convém esclarecer que, nessa modalidade de ensino, algumas disciplinas surgem e acabam apenas na categoria de pré-requisito, que em outras palavras sua existência limita-se a seis meses na estrutura curricular dos cursos de graduação, como era o caso da Didática que constituía pré-requisito para se cursar Prática do Ensino. E, por último, o que diz respeito à inexistência de turmas, pois o regime semestral de créditos ao ofertar suas disciplinas recebia inscrições de acadêmicos de diferentes cursos, uma vez que estas em muitos casos atendiam exigências de outras áreas, o que ocasionava a quebra da homogeneidade dos interesses.

Ao se manifestarem em relação aos aspectos negativos produzidos pelo sistema seriado anual no curso de História alguns professores opinam:

A inexistência de oferta de maior número de disciplinas com conteúdos condensados, para proporcionar maior enriquecimento intelectual ao acadêmico.(Carlos Alberto Maio)

A impossibilidade do aluno definir seu horário e grade curricular.(Márcia Maria Dropa)

O curso se tornou fechado, ou seja um pacote pronto e acabado, não abrindo a possibilidade do acadêmico de participar na elaboração de sua própria vida acadêmica, deixando o aluno como dependente de um currículo pré-estabelecido, que coloca o curso como um fim em si mesmo e não um meio para o acadêmico.(Cláudio Jorge Guimarães)

Segundo os depoimentos o problema existente no sistema seriado anual articula-se à exclusão do acadêmico do processo de seleção de conteúdos para sua formação acadêmica, tendo em vista que este ao se matricular recebe o cronograma determinado para a série, fato que lhe retira o

direito de opção. Outra falha apresentada refere-se à impossibilidade do aluno poder cursar disciplinas extras que não estejam vinculadas à série e ao curso matriculado, o que acaba concentrando os alunos ao redor de decisões superiores.

Elucidadas as vantagens e desvantagens do sistema seriado anual a professora Cirlei Francisca Gomes Carneiro comenta:

A meu ver, não importa se o regime é semestral de créditos ou se é seriado anual, pois essa sistematização é puramente técnica e a qualificação do aluno independe desses sistemas, porque o que está em jogo no processo ensino-aprendizagem é a qualidade dos conteúdos e a competência profissional do professor, que deve fornecer meios para que o aluno entenda o discurso histórico e possa fazer a relação entre o passado e o presente para que compreenda as permanências e contradições ocorridas na História, e que este (aluno) possa futuramente corresponder aos critérios exigidos para o exercício do magistério, principalmente do ensino fundamental e médio, que é onde normalmente o graduado inicia sua carreira profissional.

O depoimento revela a preocupação da professora com a superficialidade das mudanças técnicas oriundas de propostas que visam conciliar política e educação. Esta postura desconfiada encontra respaldo na própria experiência profissional, uma vez que, para a docente o conjunto de disciplinas que formam um curso devem ser trabalhadas dentro de um padrão de qualidade independente do regime de ensino adotado por uma instituição, sendo que a qualidade aferida ao ensino ocorre durante a transposição didática dos conteúdos em sala de aula.

Assim as reformulações efetuadas na estrutura administrativa e didática, tanto na FAFI quanto na UEPG, advindas da legislação federal e da estadual, por certo determinaram políticas universitárias, que comandaram as atividades da Instituição. Mesmo sendo-lhes conferida a autonomia didática, as decisões tomadas foram pautadas em determinações do Conselho Federal de Educação atualmente denominado de Conselho Nacional de Educação, exceto algumas alterações didáticas como troca de nome de disciplina e seus desdobramentos promovidos pelos colegiados.

Dessa forma, os depoimentos relacionados ao sistema semestral de créditos e ao sistema anual mostram que as opiniões articulam-se a própria vivência dos entrevistados produzindo posicionamentos diferenciados e significados que se multiplicam quando associados ao presente, que representa o futuro em relação ao passado. Esta variação de imagens

não deve ser percebida como elementos petrificados, mas como algo vivo subordinado a constantes reinterpretações.

Neste sentido, convém relembrar que o desenvolvimento do ensino superior, tanto na FAFI quanto na UEPG, seguiu de perto às decisões políticas, e que a interiorização do ensino superior no Brasil ocorreu à medida que o Governo Federal promoveu a descentralização do ensino superior para os governos estaduais, possibilitando, então, a criação de faculdades isoladas em regiões afastadas das capitais, tendo o processo iniciado no Paraná ao final da década de 40, com o Governador Moysés Troya Lupion, com a criação da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa.

A partir deste ato governamental viabilizou-se a idéia de expansão do ensino de terceiro grau para atender o crescente número de formados no ensino médio, decorrente do processo de industrialização do Estado, que exigia a formação de pessoal técnico especializado, expandindo-se a interiorização no decorrer dos anos 50, com a implantação de faculdades em diferentes localidades do norte do Estado e a autorização para funcionamento de novas faculdades no sul.

Finalmente no Governo de Paulo Cruz Pimentel, mais precisamente na década de 60, o oeste paranaense, também, obteve permissão para colocar em funcionamento cursos em nível superior, completando-se a proposta de interiorização do ensino, com a criação das universidades estaduais de Ponta Grossa, Londrina e Maringá, consideradas pólos de abrangência geo-educacional no espaço paranaense, reconhecidas pelo Governo Federal na década de 70.

Assim, dois fatores contribuíram no processo de reinterpretação da criação e implantação do ensino superior em Ponta Grossa, o primeiro associado a interiorização e/ou expansão do ensino superior, e o segundo articulado a representatividade FAFI e da UEPG na história da sociedade pontagrossense, pois a medida que os fragmentos históricos associaram-se a memória tornou-se claro que o passado não deve ser visto como uma ruína ou algo morto, mas como uma experiência consolidada e que as forças do passado se inserem no presente, e que nesta via de mão dupla as verdades absolutas abrem espaços para verdades aditivas, que proporcionam a História uma variabilidade de imagens.

ENTREVISTAS

- CARNEIRO, Cirlei Francisca Gomes. **Entrevista concedida a Célia Regina de Souza e Silva.** Ponta Grossa, 26 set. 2000.
- AGUIAR, Antonio Armando Cardoso de. **Entrevista concedida a Célia Regina de Souza e Silva.** Ponta Grossa, 26 set. 2000.
- CHAMMA, Guísela Velleda Frey. **Entrevista concedida a Célia Regina de Souza e Silva.** Ponta Grossa, 26 jul. 2000.
- OLIVEIRA, Joselfredo Cercal de. **Entrevista concedida a Célia Regina de Souza e Silva.** Ponta Grossa, 06 ago. 2000.
- PEDROSO, Roseli. **Entrevista concedida a Célia Regina de Souza e Silva.** Ponta Grossa, 10 mai. 2001.
- LUBCZYK, João. **Entrevista concedida a Célia Regina de Souza e Silva.** Ponta Grossa, 14 abr. 2001.
- JORGE, Maria Augusta Pereira. **Entrevista concedida a Célia Regina de Souza e Silva.** Ponta Grossa, 11 ago. 2001.
- CANTERI, Mário Urbano. **Entrevista concedida a Célia Regina de Souza e Silva.** Ponta Grossa, 3 jan. 2002.
- MENEGUZZO, Ivan. **Entrevista concedida a Célia Regina de Souza e Silva.** Ponta Grossa, 13 set. 2001.
- GUIMARÃES, Cláudio Jorge. **Entrevista concedida a Célia Regina de Souza e Silva.** Ponta Grossa, 26 mai. 2001.
- MAIO, Carlos Alberto. **Entrevista concedida a Célia Regina de Souza e Silva.** Ponta Grossa, 26 mai. 2001.
- COSTA, Flamarion Laba da. **Entrevista concedida a Célia Regina de Souza e Silva.** Ponta Grossa, 07 jun. 2001.
- DROPA, Márcia. **Entrevista concedida a Célia Regina de Souza e Silva.** Ponta Grossa, 13 jul. 2001.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A Escola de Filosofia é propaganda eleitoral. **Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 25 de janeiro de 1950. n. 15607.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- CAMPOS, Paulo de Almeida. A Faculdade de Educação na atual estrutura universitária. Rio de Janeiro: UFF, 1971.
- CANAU, Vera Maria Ferrão. **Novos rumos da licenciatura**. Brasília: INEP, 1987.
- CARVALHO, Guido Ivan de. **Ensino superior**: legislação e jurisprudência. 3. ed. São Paulo: [s.n.], 1971.
- CATANI, Afrânio Mendes (Org.). **Universidade na América Latina**: tendências e perspectivas. São Paulo: Cortez, 1996.
- COELHO, Ildeu Moreira. **A formação do professor na universidade brasileira hoje**. 1-20p., 1983. Texto mimeografado.
- COLNAGHI, Maria Cristina. O processo político de ocupação do sudoeste. In: PAZ, Francisco Moraes (Org.). **Cenários de economia e política**: Paraná. Curitiba: Prephacio, 1991.
- FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PONTA GROSSA. Congregação. **Ata da sessão realizada no dia 23 de junho de 1950. p. 01.**
- FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PONTA GROSSA. Conselho Técnico Administrativo. **Ata da sessão realizada no dia 14 de setembro de 1950. p. 01.**
- FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PONTA GROSSA. **Livro de Relatório de 1950**. Ponta Grossa: FAFI, 1950.
- FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PONTA GROSSA. **Livro de Relatório de 1951**. Ponta Grossa: FAFI, 1951.
- FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PONTA GROSSA. **Livro de Reconhecimento de Didática**. Ponta Grossa: FAFI, 1955.
- FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PONTA GROSSA. Congregação. **Ata da sessão realizada no dia 11 de junho de 1962. p. s/n.**

FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PONTA GROSSA. Congregação. **Ata da sessão realizada no dia 26 de novembro de 1964. p. 68.**

FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PONTA GROSSA. Congregação. **Ata da sessão realizada no dia 04 de junho de 1965. p. 78.**

Faculdades princesinas vivem situações dramáticas. **Jornal da Manhã**, Ponta Grossa, 23 de março de 1970. n. 4585.

GERMANO, José Wellington. **Estado militar e educação no Brasil: 1964 - 1985.** São Paulo: Cortez, 1994.

No Paraná, apoio à volta do regime seriado em faculdades. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 21 de dezembro de 1988, p. 5.

O início das aulas da Escola de Filosofia . **Diário dos Campos**, Ponta Grossa 01 de junho de 1950. n. 15621.

Paraná prioriza o ensino de 3º grau. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 5 de junho de 1989. p. 3.

PARANÁ. Secretaria Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico. **Formação e desenvolvimento da rede estadual de ensino superior do Estado do Paraná:** contribuição das instituições de ensino superior (IES) na formação de recursos humanos regionais. Curitiba, 1991.

PARANÁ. Secretaria Especial do Ensino Superior, Ciências e Tecnologia. **Política para expansão do ensino superior do Paraná.** Curitiba: Imprensa Oficial, 1988.

Regime escolar: grupos opinaram pela mudança do atual sistema de créditos semestral. **Campos Gerais**, Ponta Grossa, 26 de agosto de 1988, p. 5.

Regime seriado na Universidade vem aos poucos. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 13 de agosto de 1989. p. 2.

Regime seriado X regime de matrícula por disciplinas: algumas considerações. **Campos Gerais**, Ponta Grossa, 07 de julho de 1988, p. 2.

SCHAFF, Adam. **História e Verdade.** 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

SAMPAIO, Helena. Evolução do ensino superior brasileiro, 1808- 1990. São Paulo: NUPES:1-28,1991.

SARMENTO, Diva Chaves. A Universidade Brasileira. **Educação Brasileira.** Brasília, v. 13, n. 26, 1996, p. 129-145.

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de. **Estrutura e funcionamento do ensino superior brasileiro.** São Paulo: Pioneira, 1991.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino superior no Brasil:** análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1989.

- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. Assessoria de Planejamento: **35 anos de ensino superior (1949-1984)**. Ponta Grossa: UEPG, 1984.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. **Catálogo Geral 1972**. Ponta Grossa: UEPG, 1972.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. **Catálogo Geral 1986**. Ponta Grossa: UEPG, 1986.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. **Catálogo Geral 1993**. Ponta Grossa: UEPG, 1993.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução Universitária n.º 11**. Ponta Grossa, 1989.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução Universitária n.º 02**. Ponta Grossa, 1990.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. **Estatuto e Regimento Geral**. Ponta Grossa, 1991.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. Pró-Reitoria de Graduação. **Implantação do regime seriado**. Ponta Grossa, 1991.
- VIEIRA, Evaldo. **Estado e miséria social no Brasil: de Getúlio a Geisel**. São Paulo: Cortez, 1995.
- Volta do ensino seriado já tem projeto preliminar. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 17 de janeiro de 1989. p. 17.

RESUMO

O Ensino Superior em Ponta Grossa no Contexto da Expansão e Interiorização

O artigo analisa a expansão do ensino superior no Brasil e, o processo de interiorização do 3º grau no Paraná, que viabilizou a criação da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa ao final da década de 40, no sul e demais faculdades ao norte na década de 50 nas cidades de Londrina e Maringá complementando-se ao início dos anos 70 com a criação das Universidades Paranaenses instaladas em Ponta Grossa, Londrina e Maringá.

Palavras-chaves: história, ensino superior, interiorização, UEPG.

ABSTRACT

ABSTRACT

College education in Ponta Grossa in the Context of expansion and Interiorization

The present article analyses the expansion of the College Education in Brazil, that education politics enabled at the State of Paraná to develop focused on the creation of the Colleges in the hinterland at the end of the 1940's, when the Philosophy, Sciences and Letters College of the State of Paraná, in Ponta Grossa, was created, process which was completed in the beginning of the 70's with the installation of the State University in Ponta Grossa and also other Universities in Londrina and Maringá, installed on the Northern part of the state.

Key words: education politics, college education, hinterland universities, UEPG.